

A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO COMO POSSIBILIDADE DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NA TERRA: os desafios da Escola Municipal Rural São Joaquim em Selvíria (MS)¹

LA EDUCACIÓN EN EL / DEL CAMPO COMO LA POSIBILIDAD DE LA PERMANENCIA DE LA JUVENTUD EN LA TIERRA: Los desafíos del São Joaquim de la escuela municipal rural en Selvíria (MS)

Adriana Franco Felipe²

Marco Aurélio da Silva Arlindo³

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo estudar os desafios da Escola Municipal Rural São Joaquim do Município de Selvíria (MS), em especial a permanência dos jovens no campo. A questão principal é analisar o contexto onde esses jovens alunos estão inseridos, a escola e o próprio assentamento. Assim, identificar os desafios dessa realidade e suscitar uma reflexão sobre o papel da Escola Rural a partir do processo educacional prático e reflexivo, que contribuam para agregar valores na formação, e possibilite a permanência do jovem na terra/no campo. O estudo é resultado do relato de experiência a partir de uma análise "in loco" amparada em estudos bibliográficos e entrevistas realizadas com alunos, professores e direção da Escola Municipal Rural São Joaquim.

PALAVRAS-CHAVE: Educação no Campo; Escola Rural; Permanência; Desafios; Cultura.

RESUMEN: La investigación tiene como objeto estudiar los desafíos de la Escuela Rural São Joaquim de lo Municipio de Selvíria (MS), especialmente la permanencia de los jóvenes en el campo. La cuestión principal es analizar el contexto donde esos estudiantes jóvenes están insertados, la escuela y el propio asentamiento. Así, identificar los desafíos de esa realidad y suscitar una reflexión sobre el papel de la escuela rural en el proceso educacional práctico y reflexivo, que contribuyen para agregar valores en la formación, posibilite la permanencia de los jóvenes en la tierra / en el campo. El estudio es resultado de lo relato de experiencia a partir de la análisis "En loco" amparada en estudios bibliographical y entrevistas realizada con estudiantes de asignaturas, profesores y dirección de la Escuela Municipal Rural São Joaquim.

¹ Artigo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo.

² Especialista em Educação do Campo pela UFMS/CPTL. Correio eletrônico: prof.adrianafrancofelipe@gmail.com.

³ Professor orientador do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo UFMS/CPTL. Correio eletrônico: m.marcoarelio@gmail.com.

Palabras - Clave: La educación en el campo; La escuela rural; La Permanencia; Los desafíos; La cultura.

INTRODUÇÃO

A história do campesinato nos revela uma trajetória de luta, pela terra e para nela permanecer. Nesse contexto de luta e resistência, observamos muitos jovens deixando o campo, muitas vezes em busca de outro caminho, na cidade. Entendemos que, desde o início da vida escolar a criança vem sofrendo fortes influências da vida urbana, pois todo o conteúdo escolar é voltado para um modo de vida diferente do campo. Assim, observamos que muitas escolas reproduz o modo de vida urbano, levando o jovem a não se identificar com o meio em que está inserido.

Com a reprodução do modo de vida urbano nas escolas rurais, onde no próprio material disponibilizado para aplicação dos conteúdos contém referências da urbanização, além do acesso a aplicativos e tecnologia (internet e redes sociais), o jovem do campo, sente-se instigado e vê a necessidade de ir à cidade, pois esta tem se mostrado mais atrativa. Os atrativos urbanos, lazer, oportunidades de trabalho remunerado, agregados à falta de oportunidade profissional, de possibilidade de continuidade dos estudos e até mesmo a carência dos aspectos ligados à vida social do campo, favorecem e fortalecem cada vez mais a necessidade de migração do jovem do campo para as cidades (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Porém, é importante mencionar que, o processo de migração desses jovens, nem sempre é satisfatório, pois os mesmos tendem a vivenciar diferenças socioculturais, e necessidade de adequação aos moldes da vida urbana. A vida urbana, com alta concentração de pessoas aumenta as despesas financeiras, os jovens em sua maioria, precisam arcar com despesas de aluguel, transporte coletivo, gastos altos para sua subsistência básica e até mesmo para uma vida social ativa. Os jovens do campo, por não terem a oportunidade de qualificação profissional na educação rural e não ter experiências profissionais em seu currículo, sente a dificuldade de oportunidades de trabalhos com remunerações que atendam

às necessidades da vida urbana, o que pode resultar uma frustração e percepção da perda na qualidade de vida ao deixar o campo. Outro aspecto a ser considerado é a desestruturação das raízes e cultura da família camponesa que depende da geração dos jovens do campo para a continuidade da comunidade rural e seus hábitos e costumes.

Sob essa perspectiva é importante enfatizar a educação do/no campo como maior incentivadora no processo de permanência do jovem na terra. Com uma educação que suscite a vida no campo e suas potencialidades, possibilitando ao jovem, a compreensão de que o lugar no qual ele reside pode oferecer um futuro com muitas perspectivas. No entanto, o jovem só conseguirá compreender isso, com uma educação emancipatória, e voltada para sua realidade. Dessa forma, o jovem verá que o campo é um lugar em que se pode viver com dignidade e qualidade de vida. Que o campo já não é mais lugar bucólico, romantizado do atraso.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca analisar a importância da Escola Rural do Assentamento São Joaquim em Selvíria (MS), no processo de permanência do jovem no campo. Em específico, compreender o contexto em que se inserem os jovens, a escola e o próprio assentamento; assim, apreendendo os desafios dessa realidade; logo, suscitar uma reflexão sobre o papel da escola do campo a partir de um processo educacional prático e reflexivo, que contribuam para agregar valores na formação que possibilitem a permanência do jovem na terra/no campo.

Uma vez que a pesquisa aqui proposta parte do princípio de um estudo de caso, enfatiza-se que, a Escola Municipal Rural São Joaquim, objeto de investigação, embora esteja situada no campo, ainda não possui um currículo voltado para a realidade do campo. Mesmo residindo e estudando no campo, os aspectos da vida urbana fazem-se presente na rotina dessas crianças e jovens estudantes, uma vez que, conforme já mencionado, os próprios conteúdos abordados na escola estão diretamente ligados à urbanização.

A partir daí, é nítida a necessidade de uma abordagem reflexiva que resulte em um conjunto de ações práticas para evitar a evasão de jovens do campo. Para análise e argumentação acerca da Escola Municipal Rural São Joaquim, enquanto

instituição para uma educação do/no campo, sob o ponto de vista das possibilidades de permanência do jovem na terra, no processo de formação sociocultural do indivíduo, foram elaboradas entrevistas com o corpo docente, discente e direção da escola para uma análise ampla dos anseios, perspectivas e entraves. Ao todo foram entrevistados 23 alunos, 22 professores e a diretora da Escola.

Trabalhos de autores como Mônica Castagna Molina (2004), Lourdes Helena Silva (2003 e 2010), Maria José Carneiro (1997), Jorge Luiz de Goes Pereira (2004), dentre outros, foram importantes nesse processo de reflexão, uma vez que esses autores são pesquisadores da Educação do/no Campo e a migração da população rural para os centros urbanos. O estudo é direcionado a partir da contextualização da escola e do assentamento São Joaquim, de diretrizes operacionais da educação do campo, possibilidades e desafios para a permanência do jovem no campo sob a perspectiva do aluno, professor e direção da escola e considerações finais.

Para compreender os desafios na permanência dos jovens no campo se torna imprescindível conhecer a contextualização desses jovens e a comunidade a qual eles estão inseridos.

ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM E A ESCOLA MUNICIPAL RURAL

Os assentados do projeto São Joaquim vieram de lugares diferentes, portanto há uma grande diversidade de pessoas na constituição dessa comunidade. A ocupação dos acampados iniciou as margens da Rodovia MS-444, pertencente ao território de Selvíria (MS). O que motivou essa ocupação foi à confirmação feita pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) em relação à Fazenda Morro Vermelho e Cezalpina, situadas a 30 km do município, sendo estas fazendas consideradas improdutivas e passíveis de desapropriação (LALUCE, 2015 p. 35).

A ocupação as margens da MS-444 aconteceu no ano de 2007, por onde ficaram instaladas até setembro de 2009, quando se deslocaram para um acampamento dentro do Assentamento São Joaquim. As famílias acampadas as margens da MS-444 eram famílias oriundas de diversos municípios da região:

Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Selvíria, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Nova Andradina, Batayporã. Esse período foi muito difícil para essas famílias. Um momento de enfrentamento de preconceitos, além da falta das condições básicas como água potável e esgoto. O córrego Queixada, próximo ao acampamento, era o local de se banhar, lavar roupa, louças e até mesmo local de diversão das crianças, o que necessitava de uma organização dos assentados para as ações especificadas não acontecerem de forma simultânea.

No ano de 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) obteve a emissão de posse da área das fazendas e, através da Portaria nº 31 de 07 de Dezembro de 2006, o assentamento São Joaquim foi criado. Mesmo com a ocupação da fazenda, e a criação do assentamento, foi ainda, necessário à comunidade esperar quase um ano para o sorteio dos 181 lotes, devido ao processo de demarcação. No entanto, a chegada do grande dia, o dia do sorteio, não foi à solução de todas as dificuldades. Havia o lote, mas mesmo assim, as condições básicas eram nulas. Não havia água, moradia e energia elétrica.

Após o sorteio, para a apropriação dos lotes, os assentados tiveram que enfrentar ainda, quase um ano sem água encanada e seis anos à espera da instalação da rede de energia elétrica. E mesmo com tanta espera, até o presente momento, ano de 2016, só foi liberada uma parcela de três, do fomento para a construção da rede de água. Fomento esse que é liberado pelo INCRA, e por conta de todo processo de burocracia e vistoria que envolve o assentamento, em relação à restrição de compra e venda de lote⁴, acaba demorando muito mais tempo para o andamento dessas liberações para a continuidade nas obras de infraestruturas do assentamento. Sem contar que, atualmente, os assentados se veem mais apreensivos por conta de todo o problema que envolve o governo, as questões políticas do país, deixando a incerteza do futuro dos assentados em relação ao INCRA. O que acaba contribuindo também, para o atraso na liberação do restante das parcelas do fomento.

⁴ Os lotes sorteados e destinados aos assentados não podem ser vendidos, cedidos ou locados, são de propriedade exclusiva da família assentada beneficiada com o lote, portanto, há uma fiscalização quanto a essa cessão territorial.

Mas, mesmo diante de todas as dificuldades, a perseverança e luta por melhorias e avanços, é uma constante na rotina dos assentados do Projeto São Joaquim⁵, que aos poucos tem conquistados os seus direitos básicos de moradia, fornecimento de água, luz elétrica, escola e até mesmo um posto de saúde com atendimento médico uma vez por semana.

A Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e extensão⁶ foi resultado de uma luta e reivindicação dos assentados, que anteriormente tinham que articular a ida dos filhos para estudarem na cidade, tendo como principal dificuldade, o acesso, sendo necessário diariamente, um longo trajeto até a instituição de ensino na cidade local, cerca de aproximadamente 100 Km. A Escola São Joaquim, possuía, anteriormente, outro nome, Escola Municipal Rural Nova Esperança - Polo, primeira escola da região, implantada nos anos 70. Nas primeiras décadas da Escola, era muito difícil ter um professor no campo e quando tinha o profissional, o mesmo tinha que trabalhar com todas as séries, sendo oferecido somente o antigo ensino fundamental que era da primeira à quarta série.

No ano de 2010, os assentados reivindicaram uma escola para seus filhos, pois, como mencionado anteriormente, seus filhos tinham que percorrer um trajeto de aproximadamente 100 km para estudar, ou até mesmo ficar longe de suas famílias morando com parentes residentes próximos a escola. Diante dessas dificuldades, os assentados se reuniam e através de reuniões políticas reivindicaram a escola juntamente aos órgãos competentes e conseguiram que fosse criada a Escola Municipal Rural São Joaquim- Polo e Extensão. Antes da Escola Polo, tudo era muito mais difícil. Os alunos saíam de madrugada de suas casas e retornava muito tarde, a grande maioria, às vezes, nem via o pai porque quando saía o pai estava no trabalho e quando chegava o pai já estava dormindo, morava na mesma casa, mas tinham pouco contato. Sem contar, às vezes em que o ônibus quebrava e os alunos ficavam com fome.

⁵ Atualmente são 181 famílias assentadas no assentamento São Joaquim, correspondente ao número de lotes existentes.

⁶ Extensão multisseriada situada na fazenda Canaã.

A Escola Municipal Rural São Joaquim, antiga Escola Municipal Rural Nova Esperança-Polo, foi fundada em 2010. No início de suas atividades a escola atendia do ensino pré-escolar até as séries finais do fundamental II, uma vez que, a inserção do Ensino Médio é de responsabilidade do governo do Estado, e não somente da esfera municipal. Porém, devido ao longo trajeto que os alunos/jovens assentados tinham que enfrentar para ir ao município mais próximo, Selvíria (MS), para dar continuidade aos estudos do Ensino Médio, os alunos fizeram uma reivindicação que foi aderida pelo prefeito do município de Selvíria (MS) obtendo êxito na inserção do Ensino Médio na oferta da Escola no ano de 2011.

Entre o período de março de 2010 a junho de 2015, a escola funcionava na antiga sede da Fazenda São Joaquim (Figura 1), os nove quartos da fazenda foram transformados em salas de aula.

Figura 1: Antiga Escola Municipal Rural São Joaquim (Antiga Sede da Fazenda)



Fonte: Foto da autora, 2016.

A escola antiga, Figura 1, tinha o seu espaço físico muito pequeno e para atender a demanda local, o que era necessário, enquanto estratégia, que o funcionamento da escola fosse desmembrado em dois períodos, matutino e vespertino. No período da manhã das 7h às 11h, horário oficial⁷, a escola atendia do pré-escolar ao nono ano e, a partir do ano de 2011, no período da tarde das 13h30 às 17h50, horário oficial, o ensino médio.

⁷ No estado do Mato Grosso do Sul há alternância de horário em algumas cidades, devido ao fuso horário, porém o horário escolar utilizado na Escola São Joaquim é o horário oficial de Brasília.

No ano de 2015, com o incentivo e doação social da Empresa de Celulose que atua na região, a Eldorado Brasil, a Escola Municipal Rural São Joaquim ganhou uma nova edificação (Figura 2). Um prédio com excelente estrutura física, contendo dez salas de aula, sendo duas em atendimento a Educação Infantil, banheiros masculinos e femininos separados para discentes e docentes, parque para lazer e atividades recreativas das crianças, cozinha, refeitório, sala de informática, sala de direção e coordenação, secretaria, biblioteca, sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado, quadra (ainda não coberta), palco com dois camarins e vestiário.

Figura 2: Novas Instalações da Escola Municipal Rural São Joaquim



Foto: Foto da autora, 2016.

A Escola Municipal Rural São Joaquim (Figura 2) atende, atualmente, 60 alunos do assentamento São Joaquim, 65 alunos do assentamento Alecrim, 45 alunos do assentamento Canoas e vários alunos das fazendas entorno, o que faz com que a escola tenha aproximadamente 300 alunos. Mesmo com a reforma, com o novo espaço físico, o número de salas não é suficiente para a demanda. E por questões de logística de transporte dos alunos, desde o ano de 2013, ainda no antigo prédio, foi necessária uma flexibilidade no horário das aulas sendo o funcionamento da escola vigente até hoje, das 09h às 13h30, horário oficial. Alguns alunos, devido à distância precisam sair de suas residências às 5h para conseguirem chegar à escola às 8h30.

Hoje, a escola atende alunos da Pré-Escola, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. A sala Canaã, extensão, atende alunos do primeiro ao quinto ano. A fazenda Canaã em extensão territorial é muito grande, contendo vários retiros, o que tornou necessária a implantação da Extensão da Sala Multisseriada Canaã que atende à demanda de 17 alunos em média.

Uma das necessidades atuais da Escola, porém, ainda não conquistada é a implantação do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender uma demanda existente aos assentados que querem concluir os estudos, mas que trabalham durante o dia. A maior dificuldade está na dependência de transporte para descolamento, o qual município não dispõe do mesmo no horário noturno.

A escola trabalha com alguns projetos oferecidos pela FIBRIA (Votorantim pela Educação) projetos que são sistematizados com a disciplina de Língua Portuguesa em que os alunos juntamente com a professora seguem um plano modelo elaborado e trabalham em sala na produção de textos. Atualmente tem sido trabalhado outro projeto que envolve não apenas a disciplina de Língua Portuguesa, mas todas as disciplinas e o professor é apenas mediador do projeto que é elaborado e praticado pelos alunos. O projeto é chamado de “Oficina Desafio Criativos na Escola”.

A Escola Municipal Rural São Joaquim, apesar dos alunos não terem um transporte de qualidade e enfrentarem grandes distâncias, não tem problemas de evasão. O maior obstáculo para os alunos é quando o ônibus quebra ou o transporte terceirizado não faz todo o trajeto, deixando-os no prejuízo. Mas no contexto geral, os alunos são bem presentes e participativos, porém, a permanência do jovem no campo ainda continua sendo um desafio.

Do ponto de vista educacional, no que diz respeito a Escola São Joaquim, há de se considerar a importância de diretrizes e políticas públicas, reforma educacional e as necessidade de revisões curriculares para uma educação do/no campo, conforme abordado no capítulo seguinte.

A PRÁTICA EDUCACIONAL COMO ELEMENTO DESAFIADOR E ESSENCIAL PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO

O decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, define a Escola do Campo como sendo: *"aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo."* Em complemento, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo em referência: *"Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º."*

A Educação no Campo, do ponto de vista da legislação educacional brasileira, tem seu amparo nas políticas públicas que abrangem às especificidades da vida no campo. Além do Decreto nº 7.352, a Educação do Campo é amparada nas normatizações específicas Doebech nº 01 de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e nº 02 de 2008 que estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades da Educação Básica no Campo. Temos, por exemplo, nessa normatização, no artigo 3º a responsabilidade do poder público em garantir o acesso à educação básica no campo:

Art. 3. O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (Resolução CNE/CEB nº1 de 3 de abril de 2002, p.01.)

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Doebech/ 2002 e 2008), no artigo 5º ressalta a importância do respeito às

diversidades de forma a contemplar a educação no campo nos âmbitos culturais, políticos, sociais, econômicos, de geração, gênero e etnia. Além de dar autonomia às instituições quanto à adequação das propostas pedagógicas, desde que avaliadas e amparadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico. No artigo 7º, é exposta a flexibilidade de adequação e regulamentação da organização do calendário escolar do campo, a partir das necessidades *in loco*.

É importante mencionar também, o parecer nº 01 de 2006 da Câmara de Educação Básica que dispõe sobre o reconhecimento dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros familiares de Formação por Alternância, onde no artigo 7º ressalta a responsabilidade de "*regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando [...], os princípios da política da igualdade.*".

Uma década antes da I Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo" (1998), a Constituição Federal de 1988, tornou-se instrumento legal e de extrema importância para a garantia do exercício do direito à educação do Campo, onde, no Capítulo III na Seção I referente à Educação, do artigo 205 ao 214 são garantidos o Direito à Educação seja qual for o nível educacional e o modelo, estando inserido nesse contexto a Educação do Campo.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº 9.394/1996 é outro documento legal e de importância a ser mencionado, principalmente no que diz respeito ao artigo nº 28 que resguarda a flexibilidade e adequações ante as necessidades da Educação no Campo:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996)

Além das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo mencionadas aqui, destaca-se também o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (*PRONERA*) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (*PROCAMPO*), programas vinculados no que diz respeito ao acesso e implementação da educação no campo e formação superior de educadores do campo, favorecendo a presença dos discentes no campo.

É importante ressaltar que a conquista das disposições legais acerca dos direitos à educação do campo foram um grande passo nesse processo de inserção e implementação no contexto educacional. Porém, ainda há muitos desafios a serem vencidos, dentre eles, a garantia de continuidade e permanência dos jovens no campo, foco da tratativa desse objeto de estudo e reflexão.

Conforme mencionado anteriormente, as disposições legais para a exigência do direito ao acesso à educação do campo foi uma ferramenta importante, mas há de se considerar que, além das condições desfavoráveis, carências de projetos e incentivos educacionais, a permanência do jovem no campo sofre também influências do desenvolvimento industrial e a crescente urbanização, gerando um alto índice de migração da população rural para os centros urbanos.

A evasão da população do campo, principalmente dos jovens, dar-se-á mediante a necessidade de uma oportunidade de emprego e expectativa de fonte de renda segura, facilidade de acesso quanto à educação, transporte, saúde, lazer e cultura.

Um fator somatizador a essa necessidade de migração para os centros urbanos é a escassez da atividade rural em consequência da modernização de serviços e até mesmo o processo de industrialização. Sem contar que, conforme conclusão de Jacques (2011) analisado por Damasceno e Beserra (2004, p. 75): "[...] o Estado não investe na educação rural pelo simples fato de que, para exercer o trabalho no campo, não é necessário alto grau de escolaridade, sendo assim a educação rural é deixada de lado".

Há de se considerar também que na maioria das escolas do campo, as condições físicas, são extremamente precárias, sendo neste caso, hoje, após muitas dificuldades, a Escola Rural São Joaquim privilegiada, uma vez que ganhou um

novo prédio e novas instalações, inclusive com laboratório de informática, graças a incentivos privados. Mas mesmo assim, com as condições melhoradas ainda há uma necessidade de projetos e incentivos para a permanência dos jovens no campo.

Tendo em vista o caráter rural da Escola São Joaquim, na tentativa de vincular realidade com educação e permanência, a escola chegou a implantar o período de alternância, um experiência, que, infelizmente não deu certo, pois na época a escola não conseguiu ter embasamento necessário para passar para os pais, alunos e próprios professores. Conforme argumenta Silva (2010 p. 185):

A utilização da alternância pedagógica pressupõe uma formação diferenciada dos sujeitos envolvidos no processo educativo, provocados constantemente pelo formular e experimentar conhecimentos, em um processo permanente de interação-ação, reflexão e ação. E, neste aspecto, outra hipótese que emerge de nossas análises preliminares é que, apesar da ampliação e popularidade conquistada nas esferas pedagógicas e políticas, a alternância ainda não tem o seu potencial pedagógico plenamente compreendido e utilizado nas experiências de formação em curso na nossa sociedade.

É também nesta direção que podemos compreender a ausência de referências ou de indicações, nos documentos analisados, sobre a modalidade de alternância proposta nas experiências educativas. Ou seja, qual o tipo de alternância proposta?

A falta "de conhecimento" e despreparo, decorrente da falta de compreensão, referências e diálogos de experiências sobre a aplicabilidade para uma pedagogia de alternância eficaz na Escola São Joaquim, fez com que o projeto do período de alternância, denominado "Tarefa Para Casa", com o propósito de realização na comunidade e no convívio local, não tivesse continuidade. Apesar do programa não ter tido êxito, um fator positivo na tentativa de implementação foi à aproximação dos pais com a escola, no processo de questionamentos e dúvidas quanto à aplicabilidade da pedagogia de alternância e até mesmo do que vem a ser essa pedagogia.

Um dos pontos de entrave para uma educação do/no campo efetiva e coerente à realidade é o currículo não adaptado, sendo os conteúdos apostilados e ou embasados na matriz curricular geral. Na educação no/do campo é importante

que o currículo condiz com a realidade dos alunos. Um currículo que não vá de encontro com a realidade desses jovens os colocam cada vez mais distantes de seu meio, trazendo:

[...] como consequência grave a perda dos referenciais e valores do campo ou da identidade do campo, onde muitas pessoas passam a negar sua própria condição campestre, influenciadas pela ideologia do campo como elemento de atraso sociocultural e econômico. (MACHADO, 2009, p. 194).

Na tentativa de adequar a realidade dos seus alunos, no início do ano letivo de 2016 de forma autônoma, a escola inseriu em seu currículo a disciplina "Terra Vida e Trabalho" que antes era vinculada a disciplina de Ciência. Na disciplina de geografia foi incluso a "Geografia Agrária" e na disciplina de História a "História dos movimentos sociais". Apesar da inserção desses conteúdos disciplinares, ser somente uma célula do conjunto de ações e necessidades macros para uma educação rural/agrária efetiva e que instigue a permanência do jovem no campo, trata-se de um avanço, aonde aos poucos, a Escola São Joaquim vai se adequando, mesmo que em ações pequenas, no que diz respeito à prática de uma educação no/do campo que seja condizente com a realidade dos seus alunos.

É importante lembrar que, para dar segmento a reflexão e estudo proposto, além da análise dos parâmetros, diretrizes e sistema educacional prático da Escola São Joaquim, torna-se imprescindível conhecer as expectativas e visão dos sujeitos diretamente ligados a esse contexto: os alunos, professores e direção da escola.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO: A VISÃO DO ALUNO, PROFESSOR E DIREÇÃO DA ESCOLA

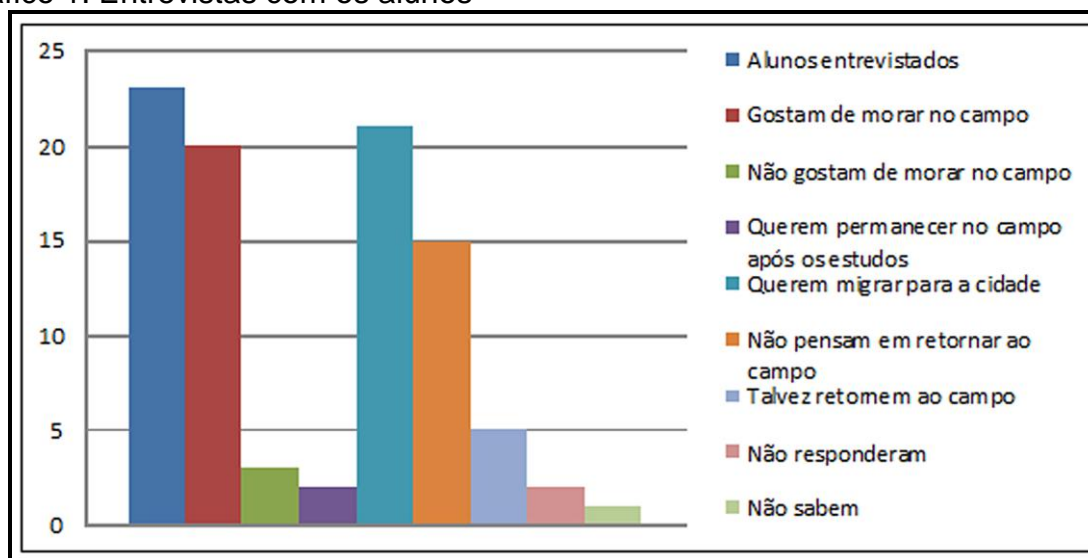
Como fonte complementação ao trabalho, foram realizadas entrevistas com os alunos, professores e diretora da Escola São Joaquim no intuito de levantar informações sobre o ponto de vista de cada um, acerca da educação no/do campo e a permanência do jovem na terra. Ao todo foram entrevistados 23 alunos, 22 professores e a diretora da Escola. As perguntas foram entregues por meio impresso

e ao final da devolução de todos os questionários foi realizada uma análise reflexiva e crítica que será apresentada a seguir.

A análise das entrevistas foi realizada com os alunos do final do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por serem alunos com maior “conhecimento” sobre o campo e o que buscam para seu futuro. A elaboração das entrevistas e perguntas feitas aos alunos teve como enfoque a visão que eles têm em relação às perspectivas de vida no campo após a conclusão dos estudos, e se eles acham que há o incentivo necessário para suscitar a permanência do campo, além dos anseios de migração para uma vida urbana.

Conforme Gráfico 1 apresentado, a maioria dos alunos entrevistados afirmam gostar de morar no campo, mas que ao terminarem o estudo regular pretendem migrar para a cidade para dar continuidade aos estudos, arrumar um emprego e que após deixarem o campo não pretendem voltar, dando continuidade à vida na cidade.

Gráfico 1: Entrevistas com os alunos



Fonte: Organizado pela autora, 2016.

Na entrevista, os alunos foram questionados **De que forma a educação no campo pode influenciar o jovem na luta pela sua permanência no campo?** Dessa forma, para o Aluno 1⁸: *“mais participação em coisas novas como conhecer*

⁸ Os entrevistas serão identificados por números.

do campo ao invés de só escrever.". Já o Aluno 2 enfatiza que é importante *"melhorar o meio ambiente, as terras e valorizá-la."*. Nessa mesma perspectiva, de valorização do campo e educação o Aluno 3 a necessidade de: *"Melhorar o ambiente em que vivemos, ensina incentivar as pessoas a trabalhar com a terra, valorizando o campo."*. Há também alunos, que entende que a luta deve ocorrer fora do campo, porém reconhece a importância da educação do campo: *"O campo é um ótimo lugar para morar, mas nem todos os jovens pensam como eu. A educação no campo é fundamental, mas devemos lutar pelos nossos objetivos fora daqui."* (Aluno 4).

Por meio das resposta respostas dos alunos, apreendemos que o jovem tem consciência da importância de uma educação voltada para a sua realidade.

Uma questão de impacto, no sentido das respostas obtidas, que é importante mencionar, é a opinião dos alunos quanto ao seguinte questionamento: ***Qual será o futuro do campo sem os jovens?***

Segundo o Aluno 1: *"[...] irá acabar, porque os jovens são o futuro do campo"*. Para o Aluno 2: *"vai acabar sua origem."*. Ambos entrevistados afirma que a ausência dos jovens é um problema para o campo. Nesse mesmo caminho, o Aluno 3 enfatiza o envelhecimento dos trabalhadores do campo, em suas palavras: *"Será ruim porque os mais velhos não terão condições de trabalhar."*. Portanto, segundo os alunos: *"[...] o campo sem os jovens vai acabar, pois os mais velho irão morrer e assim irá acabar a origem do campo"*. (Aluno 4).

Percebemos que os alunos tem o conhecimento de que o campo precisa da permanência do jovem para a preservação da cultura e continuidade do campesinato local. Conforme coloca Pereira (2004, p. 323):

"[...] diferentemente das gerações passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito, as gerações atuais estão cada vez mais inseridas num campo muito mais amplo de relações sociais e culturais que possibilitam um repensar sobre suas identidades [...]".

Portanto, isso faz com que os jovens tenham uma percepção crítica mais aguçada e almejam por novas possibilidades e perspectivas.

Em se tratando da escola, os alunos reconhecem que a escola busca incentivá-los a permanecer no campo, mas que ainda falta um incentivo maior. Um fator observado durante as entrevistas é que os alunos têm dificuldades em justificar ou argumentar suas respostas e opiniões, o que acaba sendo um reflexo da falta de informação, ações e até mesmo oportunidades acerca das possibilidades da vida no campo.

Segundo os alunos, a escola poderia incentivar através da disponibilização de cursos técnicos, curso superior, até mesmo a adequação do currículo no ensino regular, porém, sentem dificuldade ao especificarem quais seriam esses cursos e disciplinas. Muitos ainda se sentem perdidos em relação ao futuro, sonhos e projeções, mas a maioria tem em comum a visão de que o campo não tem futuro, apesar de gostarem de morar no campo eles anseiam uma vida urbana vindo na cidade, as perspectivas futuras quanto à educação e mercado de trabalho.

Diante da análise, por meio da entrevista com os alunos, é nítida a carência de uma educação contextualizada e políticas públicas que defendam os direitos e interesses do jovem de forma que este se sinta seguro e com possibilidades de um futuro próspero optando por permanecer no campo após a conclusão do estudo regular.

As questões aplicadas ao corpo docente visaram uma abordagem acerca da relação desses professores com a educação e vida desses jovens do/no campo. É importante destacar, que os questionários foram disponibilizados, de forma impressa, a todos os professores da escola. Do total dos 23 professores que receberam estes questionários, somente 3 responderam. Dos professores que não responderam, alguns alegaram terem esquecido, outros disseram não ter tido tempo e uma minoria não quis participar do processo.

Os professores que responderam ao questionário disseram ter afinidade para trabalhar na escola do campo, mesmo que, em primeira instância o que os fizeram aceitar a oferta foi à questão financeira e não o diferencial e os desafios propostos pela educação do campo.

A maioria dos professores da Escola Municipal Rural São Joaquim, reside em outras cidades e até mesmo em outros estados. No decorrer da semana eles ficam

alojados nas instalações da antiga escola, retornando para suas casas no fim de semana. De todo corpo docente, apenas um professor é efetivo, sendo os demais contratados via processo seletivo. A escola tem apenas seis professores que são moradores do campo e, desses seis, cinco tem vínculo (de moradia e assentadas) com o assentamento.

Os professores foram questionados quanto: **O que acham de um currículo específico para o aluno do campo?** Para o Professor 1: “[...] *acho muito valioso para os alunos, porque assim eles irão se orgulhar de ser do campo*”. Já o Professor 2, o um currículo específico para a educação do campo é “[...] *muito importante, pois em um contexto familiar é muito mais fácil aprender*”. Desse mesmo modo, o Professor 3 afirma que: “[...] *é muito importante porque o aluno terá um aprendizado contextualizado, ou seja, desde cedo terá um conhecimento voltado para o lugar onde está inserido*”.

Por terem suas origens em centros urbanos, é nítido que, apesar de trabalharem em uma escola no campo, a maioria dos professores não tem afinidade com o lugar, mas mesmo assim procuram realizar o seu trabalho da melhor forma possível. Os professores entrevistados, valorizam a cultura e costumes dos alunos e reconhecem a importância do aluno ter o conhecimento do meio onde está inserido. Os maiores desafios, segundo os relatos dos professores, é a reformulação do conteúdo curricular e a distância entre a família e a escola, onde o aluno enfrenta limitações de tempo devido ao trajeto que enfrentam diariamente até a escola e com isso, acaba restando pouco tempo para dedicação dos estudos em casa e realização de atividades além do horário escolar e até mesmo a interação entre a escola e a comunidade.

A diretora da Escola Municipal Rural São Joaquim e Extensão Canaã, tem muita afinidade com o campo, sempre com um desejo, força e vontade de uma transformação de ter uma escola no/do campo adequada à realidade desses jovens, porém só a vontade dela ainda é muito pouco para essa transformação.

Segundo a diretora a concepção de escola do campo que a escola São Joaquim procura adotar é de que a escola rural deve ser diferente de uma escola urbana, pois a escola precisa ser contextualizada pelos seus integrantes sujeitos do

campo, dialogando com os saberes locais da comunidade num processo de construção permanente de quem vem a ela.

A escola oferece como diferencial de uma escola no/do campo em sua matriz curricular os conteúdos da base nacional comum, os eixos temáticos Terra Vida e Trabalho, História dos movimentos sociais junto com a disciplina de História e História Afro-brasileira, Geografia agrária junto com a disciplina de Geografia. Foi perguntada a diretora **Quais reflexões são relevantes sobre o Projeto Político Pedagógico, o PPP?** E segundo ela:

Conscientizar que os alunos são sujeitos oriundos dos projetos de assentamentos locais e que a escola é resultante de movimentos sociais, e que estes alunos são sujeitos de transformação. O Projeto Político Pedagógico é um documento norteador da escola que precisa ser revisado com a participação de toda a comunidade, sendo relevante para os sujeitos do campo. (Diretora da Escola).

Sendo assim, a escola procura mostrar com clareza de que o campo é o lugar das possibilidades e que deve ser cobrado das políticas públicas os direitos e condições necessárias para o fortalecimento da educação do/no campo. A escola busca incentivar seus educandos a entender suas raízes e continuar a lutar pelo campo, pois a escola entende seu grande papel na transformação do sujeito fazendo com que esse mesmo sujeito perceba também as possibilidades que o campo oferece.

A diretora esclarece ainda, que os professores não são contratados por ter alguma afinidade com o campo e nem porque os mesmo são moradores do campo e muito menos por fazerem algum curso ligado ao campo, que o "egresso" dos professores é feito via SEMED (Secretaria Municipal de Educação) via processo seletivo ou contratação e que ela não tem participação no quadro de professores.

A escola, conforme mencionado anteriormente, por meio de eixos temáticos em algumas disciplinas, a contextualização e valorização da cultura camponesa nas disciplinas já mencionadas, para agregar nesse processo de resgate e conscientização, conta com a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas.

A partir dos projetos de extensão, os universitários da UFMS/CPTL realizam estudos sobre o assentamento São Joaquim, atividades de valorização da cultura através de encontros, oficinas, palestras, eventos culturais e feiras. São exemplos desses estudos e ações: processo de recuperação das nascentes do assentamento São Joaquim, café da manhã na roça, palestra “agroecologia e Sustentabilidade”, oficina sobre “A Diversidade Étnico-Racial”. Os resultados dos projetos em parceria com a UFMS/CPTL estão disponibilizados no livro *A Práxis Agroambiental no Chão do Assentamento*⁹.

Aos professores da Escola Municipal Rural São Joaquim, por meio da parceria com a UFMS/CPTL, foi ofertado cursos de Especialização em Educação do Campo. Segundo a diretora da Escola, “[...] o curso de especialização oferecido pela UFMS abre caminhos para uma nova educação, uma educação contextualizada com intuito de reflexão, analisar e debater que educação é esta “do campo” e que sujeitos são estes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de considerar que inúmeros fatores são importantes para a permanência do jovem no campo, desde uma política governamental efetiva, às revisões do projeto pedagógico e ações de caráter prático e condizente com a realidade do campo e a participação ativa de toda à sociedade, nesse processo de amadurecimento e efetivação de uma educação eficiente e atrativa aos jovens docentes.

Infelizmente, apesar das disposições legais existentes, do ponto de vista prático, a escola do campo é direcionada nos moldes das escolas urbanas, o que não torna satisfatória a prática pedagógica, não indo ao encontro aos interesses e necessidades de motivação para a permanência dos jovens no campo. Nesse sentido é importante a fala de Silva, Cordeiro e Hage (2016 p. 1600):

⁹ Coletânea dos resultados da realização do projeto de extensão, intitulado “Recuperação de Áreas Degradadas no Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim em Selvíria-MS”. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A Práxis Agroambiental no Chão do Assentamento*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

É importante que a identidade das escolas do campo se construa em sintonia com a realidade concreta das escolas do campo e que a formação dos educadores do campo consiga dar conta de uma aproximação mais efetiva com as questões socioculturais que norteiam os contextos dos sujeitos que constroem suas condições de existência e (re) existência no campo, nas águas e nas florestas.

Logo, é preciso repensar o modelo de educação no campo, de forma que a aprendizagem seja voltada para a realidade dessas comunidades, atendendo as demandas e estimulando a continuidade das relações e processos já estabelecidos pelos mais velhos, porém, dando margem para agregar novos valores e perspectivas. É imprescindível uma reelaboração do currículo escolar e atitudes autônomas da diretoria e corpo docente com a participação efetiva da comunidade na construção dessa estruturação e definição da identidade local. É importante ressaltar que, além da reelaboração do currículo é imprescindível uma capacitação dos professores que vem de fora, aqueles que não estão inseridos no contexto do campo, e até mesmo a fomentação na formação de docentes que vivem e são do campo. Porém, dos 23 professores da Escola Municipal Rural São Joaquim, somente seis professores tem vínculo com o campo. Conforme já descrito, os professores são contratados via processo seletivo ou contratação direta, sem a participação da direção da escola nesse processo. O professor é um instrumento fundamental nesse processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico para a aplicabilidade de saberes, conteúdos e ferramentas que propiciem ao jovem novas possibilidades.

Apesar de a Escola Municipal Rural São Joaquim ter um papel de grande e fundamental importância na vida das crianças e dos jovens das comunidades dos assentados de sua proximidade, ainda falta muito para que se torne um ideal de escola no/do campo, é preciso romper com o conteúdo e práticas engessadas de uma educação não pensada para os alunos que vivem no campo e infelizmente, para a reformulação e efetivação de uma educação do/no campo é preciso mais do que querência e doação dos envolvidos, é preciso incentivos e apoio das mais diversas esferas.

Devido ao caráter da Pedagogia de Alternância em ser um “processo que parte da experiência da vida cotidiana para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, P.16), esta se torna uma alternativa complementar a adequação do currículo, desde que, de forma efetiva e com os recursos e apoio necessários, principalmente no que diz a capacitação dos profissionais envolvidos e a participação da comunidade no entendimento desse processo. Uma pedagogia que parta da realidade e necessidade dos jovens, relacionando a família e o cotidiano da vida no campo nesse processo educacional, dinamizando conteúdos e integrando espaços. Uma metodologia que entenda e valorize as experiências, cultura e desafios locais, partindo da realidade "*in loco*", favorecendo o desenvolvimento local e estimulando a permanência do jovem no campo dando continuidade ao contexto histórico, social e cultural de suas raízes, em um processo contínuo de (re)construção.

Na análise das entrevistas apresentadas como ferramenta de investigação dessa pesquisa, pode se perceber que os alunos gostam do campo, contudo eles não veem possibilidade de trabalho, por isso querem deixar o campo. Portanto, a escola tem um papel de suma importância para que o jovem possa continuar no campo. É preciso mostrar para esses jovens que o campo pode sim ser um lugar de possibilidades. Inserido em um contexto educacional com metodologias, incentivos e programas voltados para uma educação do/no campo é possível que o aluno conheça sua cultura logo no início da sua vida escolar e entenda que é possível ir à busca de conhecimento sem deixar seu espaço, seu modo de vida. Que a vida no campo, pode sim e deve ser um lugar de possibilidades. É preciso empoderar o jovem a lutar pelos seus direitos a uma educação continuada, a programas de incentivo a profissionalização para o campo.

O campo precisa de mais incentivo do governo, como políticas públicas que ofereçam melhores condições de trabalho no campo, principalmente na agricultura familiar, com financiamentos mais fáceis com valores maiores e juros menores. O grande obstáculo está na renda familiar, pois o ganho das famílias não é suficiente para manter, principalmente para os jovens que desejam ter acesso à cultura, lazer,

se vestir melhor e ter aparelhos eletrônicos. A renda familiar no campo, principalmente em se tratando do assentamento São Joaquim, não é grande. O jovem tem trabalho, ele ajuda a sua família, mas não possui remuneração e isso faz com que ele reforce ainda mais seus anseios urbanos vindo na cidade a oportunidade de renda, a busca pelo trabalho remunerado.

É muito importante a permanência do camponês no campo e para isso deve-se investir na permanência do jovem no campo para que seja um processo contínuo de história, cultura, cidadania e inclusão social da população do campo.

A permanência do jovem no campo é fundamental para a continuação das propriedades familiares, expansão do trabalho rural, pra soberania alimentar, portanto, é preciso discutir e refletir a realidade da juventude rural nesse processo não só de continuidade das suas raízes como motivação para tornar latente o desejo de permanência do campo. É preciso um ter um olhar para com nos déficits educacionais e de oportunidades que visem melhorar as condições no campo resultando em uma nova forma de pensar dos jovens, em relação à vida no campo e a sua vontade de permanência no campo.

O jovem devido a sua inserção ao mundo globalizado e dos próprios moldes urbanos refletidos em seus conteúdos curriculares, no espaço escolar, recebe cada vez mais influências com valores socioculturais diferentes da sua realidade e com isso traz desafios quanto a sua permanência no campo ante as suas projeções e perspectivas em relação à vida na cidade. Diante das abordagens aqui suscitadas, fica o desafio: Como implementar uma educação efetiva, voltada para a permanência do jovem no campo, uma vez que são necessários recursos, investimentos material e de capacitação, diretrizes e reformas de política pedagógica fora do papel? Essa é a questão que permanece após este estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A Práxis Agroambiental no Chão do Assentamento**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 35-52, 2007.

CNE/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo.** Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

CNE/ CEB. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo.** Resolução CNE/ CEB Nº 2. Brasília-DF, de 28 de Abril de 2008.

DAMASCENO, Maria Nobre. BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas.** Universidade Federal do Ceará. Artigo. In.: III Congresso de Antropologia Rural. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p.73-89, 2004.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

JACQUES, Mariele Magalhães. **A Educação como possibilidade de permanência do jovem no campo.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Um projeto político-pedagógico para a escola do campo.** Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. **Legislação educacional do campo.** In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.

MOLINA, M.C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Educação do Campo: História, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores-reflexões sobre o PRONERA e PROCAMPO.** In: Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. **Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo.** Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 322-352.

SILVA, Lourdes. Helena. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias.** Viçosa: Editora UFV, 2003.

SILVA, Lourdes Helena. **Concepções & práticas de alternâncias na Educação do Campo: dilemas e perspectivas.** Revista Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 180-192, jan./dez. 2010.

SILVA, H. S. A.; CORDEIRO, G. N. K.; HAGE, S. M. **A expansão da educação superior no campo: desafios e potencialidades no processo de consolidação do curso de licenciatura em educação no campo da UFPA, campus de Cametá.** Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR ISSN – 2446-6123. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, p. 1600-1612, 2016.